

Cooperativismo E As Cooperativas Da Amazônia Setentrional

Adriana Elizabeth Pereira Dos Santos¹, Adriely Costa Fernandes²,
Meire Joisy Almeida Pereira³, Hyana Thayná De Oliveira Matos⁴,
João Lucas Ferreira Parreira⁵

Universidade Federal De Roraima
Departamento De Administração

Resumo

O cooperativismo na Amazônia guarda singularidades, sobretudo na composição dos/as seus/as associados/as. Compreender tais características a partir da gênese dessas unidades localizadas na área rural de Boa Vista-capital do estado de Roraima, constituiu-se no objetivo do presente artigo. A coleta dos dados secundários e primários ocorreram em dois momentos: o primeiro pela revisão da literatura, combinada com análise documental. O segundo, a partir de entrevistas com os/as gestores/as e lideranças. A dialética da complexidade sistêmica de Morin foi a abordagem teórica. Os resultados encontrados evidenciaram a existência de duas cooperativas agropecuárias e seis Associações de agricultores/as familiares. Constatou-se alternância de poder nas estruturas gerenciais, assim como influências político-partidárias nos processos de comando, chamou atenção o aumento significativo no faturamento das cooperativas agrícolas na última década, movimento que proporcionou melhorias na qualidade de vida dos/as associado/as. Destaca-se na descoberta, a existência de unidades que praticam os princípios da economia solidária, característica que as definem e as diferenciam das formas tradicionais de organização econômica. Compreensão que ensejou identificar fatores que contribuem para sustentabilidade dessas unidades, bem como os desafios que enfrentam. Enquanto conclusão, depreendeu-se que na Amazônia há um conjunto complexo de identidades dos grupos humanos que a integram que, ao se juntarem numa cooperativa/associação, refletem suas contradições, limites e conquistas que têm na cooperação, um ideário social para se manterem no lugar.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Associação. Gestão de Cooperativas. Roraima. Cooper cinco. Coopana.

Date of Submission: 05-03-2025

Date of Acceptance: 15-03-2025

I. Introdução

O cooperativismo na Amazônia guarda singularidades que carecem ser desveladas a partir do movimento da constituição das Cooperativas agrícolas que surgiram no limiar do século XX, nas décadas de 2000, 2010 até 2023. Foi nessa trilha que o presente artigo se pautou para descrever a historicidade da constituição e manutenção dessas unidades produtivas agrícolas na Amazônia setentrional, em especial no espaço rural de Boa Vista, a capital do estado de Roraima, no Projeto de Assentamento Nova Amazônia - PANA. Caracterizá-las enquanto unidades produtivas-econômicas representou a oportunidade de descrever como elas se mantêm, do ponto de vista organizacional, gerencial e comercial, objetivo geral da presente pesquisa.

A coleta dos dados secundários e primários ocorreram em dois momentos: o primeiro pela revisão da literatura, combinada com análise documental e o segundo, na realização de entrevistas com os/as gestores/as e lideranças das cooperativas/associações agrícolas mapeadas. Do ponto de vista da abordagem teórica, utilizou-se a dialética da complexidade sistêmica para se compreender o fenômeno complexo (MORIN, 2015).

Enquanto resultados encontrados destacam-se as duas cooperativas agropecuárias e as seis Associação de agricultores/as familiares constituídas e instaladas no PANA. Foram observadas as características nas estruturas gerenciais dessas unidades que desvelam a alternância de poder por meio de eleições que respeitam os estatutos e regimentos internos. Assim como foram observadas as influências político-partidárias na gestão em cada período eleitoral do calendário brasileiro. Observou-se também o aumento significativo no faturamento das

¹ Graduanda em Administração, e-mail: drica.liza@gmail.com;

² Graduada em Administração, e-mail: adrielyfernades@gmail.com

³ <https://orcid.org/0000-0001-7846-1833>, professora doutora de economia, no curso de administração. E-mail: meire.joisy@ufr.br

⁴ Graduando em Administração, e-mail: thaynahyana@gmail.com

⁵ Graduando em Administração, e-mail: jparreira.jp@gmail.com

Cooperativas e Associações na última década, condição que ensejou a melhoria na qualidade de vida dos/as associados (RAMOS; VIEIRA FILHO, 2023).

À guisa de conclusão, o estudo evidenciou que na Amazônia há um conjunto complexo de identidades dos grupos humanos que a habitam que, ao se juntarem numa cooperativa/associação, refletem suas contradições, limites e conquistas que têm na cooperação uma forma de ideário social para se manterem no lugar.

II. Referencial Teórico

Trata-se dos conceitos fundamentais escolhidos para a discussão dos resultados da pesquisa. Portanto, cooperativismo, cooperativas, economia solidária, qualidade de vida e reciprocidade foram os escolhidos. A seguir, os conceitos chave para se entender e interpretar o fenômeno do cooperativismo na Amazônia setentrional brasileira, no interior do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Boa Vista-Roraima, nas décadas de 2000, 2010 até 2023.

Cooperativismo

Enquanto sistema, doutrina e mesmo filosofia, o conceito de Cooperativismo atravessou quase dois séculos desde a sua concepção em meados de 1840 e continua firme a inspirar pessoas para o trabalho coletivo. À luz Zaluski *et al.* (2022) que afirmam: o cooperativismo significa organizar os/as trabalhadores/as frente aos problemas da Revolução Industrial. O Cooperativismo prega o princípio da cooperação como meio de desenvolvimento e distribuição de riqueza pela organização da produção. Cooperar é desenvolver uma ação coletiva com outras pessoas visando objetivos, sobretudo comuns.

No presente artigo, o cooperativismo foi considerado o ideário em perspectiva para fortalecer aos grupos vulneráveis de agricultores/as familiares, assentados da reforma agrária na área rural de Boa Vista-Roraima, em particular no Projeto de Assentamento Nova Amazônia-PANA (Scopinho, 2007) a conquista de um sonho, o sonho da conquista da terra (PEREIRA, 2017).

É preciso lembrar também que o cooperativismo no Brasil foi um movimento importante e pujante, amparado pela lei da atividade cooperativista. Gonçalves (2011, p. 03) assevera que a Lei n.º 5.764 do Cooperativismo foi promulgada em 16 de dezembro de 1971, discutida e aprovada pelo Congresso Nacional, cujo propósito foi criar e implementar a Política Nacional do Cooperativismo. A Lei instituiu o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas, juntamente com a oficialização do acompanhamento do Estado, sob a interveniência de órgãos criados e intitulados para a coordenação do Sistema Cooperativo, com vigência até a nova Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988. Portanto, as características da lei, trazem embasamento legal e segurança jurídica para as cooperativas prestarem serviços aos seus/uas associados/as sem a intervenção do Estado (BRASIL, 2012).

Cooperativa

Segundo Schneider (2003), após muitos conceitos para explicar o que é uma cooperativa, a Aliança Cooperativa Internacional recomenda, por ocasião do XXXI Congresso que:

Uma cooperativa é uma associação de pessoas que estão unidas de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, mediante uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática (McPHERSON, 1995, p. 24).

Em termos de se localizar historicamente, Cunha (2021, p. 18) descreveu a primeira cooperativa constituída no Brasil:

[...] foram iniciativas de setores da classe média urbana e de empregados ou funcionários de órgãos públicos ou de empresas privadas e a segunda, e de um grupo de imigrantes Italianos, mas todas de caráter isolado e sem continuidade.

Portanto, o processo da criação da lei do cooperativismo foi a base legal capaz de garantir, no momento histórico do Brasil, que as cooperativas pudessem se organizar em prol da coletividade para o sustento de seus/as associados/as e, ato contínuo, de suas famílias.

Qualidade de Vida

Herculano (2000) propõe que qualidade de vida é a soma das condições econômicas, ambientais, científicas, culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para realizarem suas potencialidades. A abordagem holística enfatiza que a qualidade de vida é, portanto, resultado de uma combinação de fatores que são coletivamente construídos e postos à disposição dos indivíduos.

Complementarmente, Forantini (1991) afirma que a qualidade de vida, em sua essência, pode ser reproduzida pela satisfação em viver. Discutir o que é qualidade de vida no Brasil parece inconveniente, pois se trata de um país em que a desigualdade social está evidente e disseminada.

Utilizando-se, portanto, de analogia feita por Herculano (2000), só se pode discutir a qualidade do feijão depois de garantir que haja feijão, ainda que duro ou queimado. Assim, e em linhas gerais, o presente artigo

pautou-se em Herculano (2000) quando asseverou que qualidade de vida inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupôs a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, por meio da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação/conservação de ecossistemas naturais. Não há como prescindir da subjetividade quando se leva em consideração o conhecimento, as características e necessidades individuais, bem como a diversidade cultural e social dos indivíduos, e em especial da população rural, alvo deste estudo.

Economia Solidária

Paul Singer (2013) é conhecido como criador e maior divulgador da Economia Solidária no Brasil e fora dele. Para o autor, o conceito de Economia Solidária consiste num modelo econômico baseado na cooperação e na igualdade, buscando superar as desigualdades geradas pelo sistema capitalista, promovendo a redistribuição de renda para garantir a inclusão e o bem-estar de todos os membros da sociedade.

Na obra *Introdução à Economia Solidária*, o autor abordou uma crítica ao modelo de competição presente no capitalismo e a busca por uma alternativa baseada na solidariedade econômica. No capitalismo, a competição é vista como algo positivo, levando à escolha dos/as consumidores/as e ao sucesso das empresas mais lucrativas. No entanto, os perdedores/as nesse sistema enfrentam dificuldades futuras, como desemprego e a falta de oportunidades (SINGER, 2002).

Assim, a Economia Solidária surge como uma proposta de transformação desse cenário desigual, baseada na cooperação entre os participantes da atividade econômica. Portanto, a Economia Solidária materializa-se por meio de cooperativas e empreendimentos autogeridos, em que os/as trabalhadores/as são iguais em participação e decisão, promovendo relações equitativas. A solidariedade na economia se concretiza por meio da organização igualitária entre os/as envolvidos/as, superando a competição (SINGER, 2013).

No entanto, mesmo em uma economia solidária, ainda haveria diferenças de desempenho entre os empreendimentos autogeridos. Nesse sentido, é necessária a atuação do Estado para equalizar essas desvantagens por meio de mecanismos de redistribuição de renda. Uma alternativa sugerida está na implementação da renda cidadã, um benefício básico entregue a todos os/as cidadãos, financiado por um imposto de renda progressivo. Para ilustrar, eis o conceito de Economia Solidária:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo. (PAUL SINGER, 2013, p.10-11)

Dessa feita, o conceito de Economia Solidária foi o escolhido para compreender a atuação das cooperativas do PANA.

Reciprocidade

Reciprocidade trata-se de um princípio socioeconômico fundamental que envolve a prática de trocas e interações entre pessoas e grupos, baseado na noção de dar e receber de forma mútua. Essa forma de interação é caracterizada pela obrigatoriedade de retribuição e pela criação de laços sociais e econômicos duradouros. Por se tratar do movimento cooperativista, em que as Cooperativas se destacam no quesito de relações interpessoais, econômicas e culturais, lançou-se mão da análise de Sabourin (2011) quando elaborou uma análise aplicada ao desenvolvimento contemporâneo em que assevera:

As atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do laço social. Nas sociedades rurais, trata-se da permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infraestruturas ou equipamentos coletivos). Nos dispositivos partilhados de acesso, produção ou manejo de recursos comuns, não é possível dissociar a satisfação de necessidades econômicas da prioridade dada ao laço social, à relação humana de solidariedade e de preocupação com a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade. As relações mobilizadas em tais estruturas de reciprocidade geram valores materiais ou instrumentais imateriais (conhecimentos, informações, saberes), mas produzem também valores afetivos (amizade, proximidade) e valores

éticos como a confiança, a equidade, a justiça ou a responsabilidade. A distinção das estruturas elementares de reciprocidade (a partir da noção do Terceiro incluído) gerando sentimentos de si mesmo ou sentimentos compartilhados que dão lugar à produção de valores éticos ou espirituais, constitui o principal aporte inovador da teoria da reciprocidade. (SABOURIN, 2011, p.34)

Por se tratar de um espaço rural, no interior de um Projeto de Assentamento da Reforma Agrária a reciprocidade foi observada a partir de SABOURIN (2011).

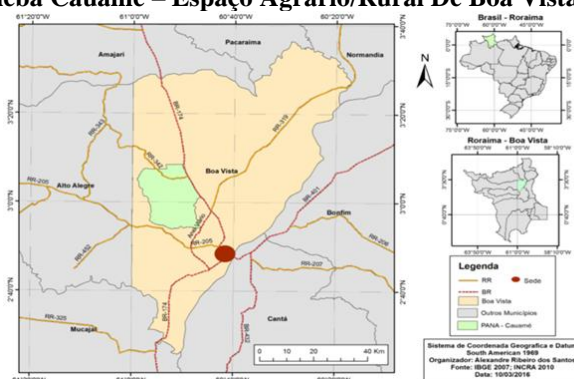
III. Estratégia Metodológica

Consistiu-se nos passos empreendidos para a coleta dos dados secundários e primários, compostos pela área de estudo, tipo de pesquisa, participantes da pesquisa, coleta de dados e análises dos dados apreendidos no campo.

Área De Estudo

O Projeto de Assentamento Nova Amazônia foi a área da pesquisa escolhida. O lugar consiste no espaço agrário (rural) da capital Boa Vista-Roraima, (fig. 1)

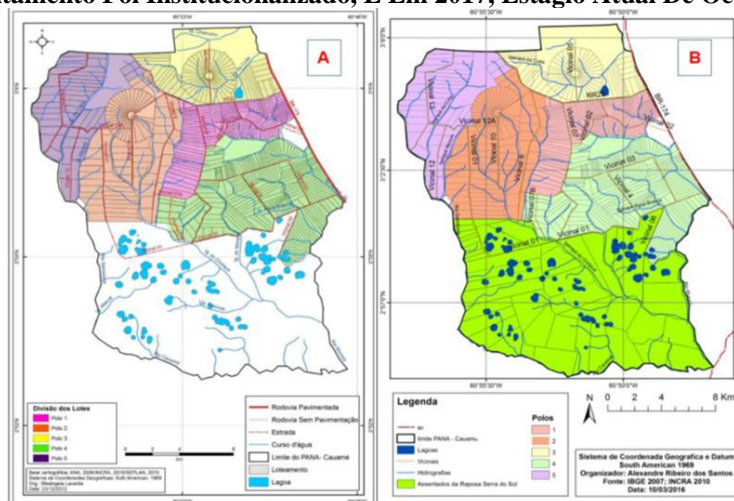
Figura 1 – Cartografia Da Localização Da Área De Estudo - Projeto De Assentamento Nova Amazônia – Gleba Cauamé – Espaço Agrário/Rural De Boa Vista-RR.



Fonte: Santos (2016).

O lugar fica distante 32 km de Boa Vista, a capital do estado de Roraima. O PANA é constituído de cinco unidades distintas denominadas de Polo. Há cinco, os Polos 1, 2, 3, 4 e 5. todos integram a Gleba Cauamé. O lugar localiza-se nas coordenadas geográficas 03°04'09,7" de latitude Norte e 60°48'48,0" de longitude Oeste, encravado no sistema ambiental do Lavrado (também conhecido pela botânica como *savana*). Totalizando uma área de 44.668 hectares. A divisão por unidade pode ser observada na figura 2, em que constam dois períodos distintos da história do lugar. A primeira, no início do assentamento e a segunda, como se encontra contemporaneamente (PEREIRA, 2017).

Figura 2 – Representação Cartográfica Do Projeto De Assentamento Nova Amazônia Em 2001 Quando O Assentamento Foi Institucionalizado, E Em 2017, Estágio Atual De Ocupação.



Fonte: Santos (2016)

As cartografias representam os dois movimentos do PANA: o lado esquerdo o início da ocupação em 2001 e o segundo, após a ocupação de todos os lotes, sobretudo na Área de Proteção Permanente pelos desintrusados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2007 (PEREIRA, 2017).

Tipo de Pesquisa

A pesquisa foi caracterizada como descritiva, explicativa e exploratória para obtermos uma compreensão mais abrangente sobre o tema (Gil, 2019). A pesquisa exploratória para superar o pouco conhecimento prévio sobre o assunto em estudo. Seu objetivo consiste em explorar e gerar *insights* iniciais, ajudando a delinear o problema de pesquisa e identificar áreas de interesse para investigações futuras (MALHOTRA, 2012). A pesquisa descritiva descreve e caracteriza o fenômeno, comportamentos, grupos ou eventos específicos. Seu objetivo consiste em obter uma compreensão precisa e completa do fenômeno em estudo, fornecendo informações objetivas e sistematizadas sobre o "o quê", "quem", "quando" e "onde". Já a pesquisa explicativa busca identificar relações de causa e efeito entre variáveis. Seu objetivo consiste em compreender os mecanismos subjacentes ao fenômeno estudado, respondendo a perguntas sobre "por que" e "como" ele ocorre (Yin, 2015). O manejo de variáveis independentes objetiva observar seus efeitos nas variáveis dependentes. A conjugação desses elementos foi para descrever as características das cooperativas existentes no PANA e explorar como elas afetam a comunidade local.

Inicialmente, a pesquisa exploratória foi empregada para obter uma compreensão preliminar das cooperativas e associações, do papel que elas representam no lugar. Em seguida, a pesquisa descritiva foi utilizada para coletar dados de forma sistemática. Foram aplicados questionários estruturados junto aos presidentes das cooperativas/associações, a fim de se obter informações sobre suas atividades, estrutura organizacional, benefícios e desafios enfrentados. Com base nos dados coletados, foi possível descrever, em detalhes, as características das cooperativas presentes no PANA. Em suma, a combinação das abordagens exploratória, descritiva e explicativa permitiram a compreensão abrangente do fenômeno.

Participantes da Pesquisa

Gestores/as das cooperativas e lideranças das associações mapeadas no interior do PANA de março a julho de 2023.

Coleta de Dados

Os dados primários foram coletados em campo por meio da observação *in loco*, de entrevistas semiestruturadas junto aos gestores/as das cooperativas e associações de agricultores/as familiares. Os dados secundários foram obtidos por meio da revisão da literatura e da análise documental, extraídos dos relatórios do governo federal inseridos nas páginas oficiais dos órgãos (sítios), sobretudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Análise dos Dados

Os dados foram sistematizados a partir das entrevistas junto aos gestores/as. Eles foram organizados num documento único, a fim de se extrair evidências por meio dos discursos. Os dados quantitativos foram extraídos dos sítios do governo federal. As análises dos dados obtidos – primários e secundários - lançou-se mão da análise do discurso de Minayo (2014), combinada com a estatística descritiva não paramétrica. Nesta última, os dados quantitativos foram sistematizados em planilhas de *Excel* para se mensurar o faturamento das cooperativas e associações do PANA.

IV. Resultados E Discussão

Os resultados encontrados consistiram em, primeiramente, historiar a constituição do trabalho coletivo, manifesto nas cooperativas e associações de agricultores/as familiares agropecuários do PANA. O Movimento ensejou descobrir que há duas cooperativas e seis Associações de agricultores/as familiares, totalizando oito unidades produtivas/associativas. Evidências que comprovam o espírito e o ideário do movimento cooperativas na Amazônia setentrional como assevera PEREIRA (2017).

Destacar que as cooperativas são manifestações do movimento cooperativista, ou seja, elas são unidades econômicas que unem pessoas em prol de um objetivo comum para produzir bens/serviços comercializados no mercado comum e nos mercados institucionais. Enquanto as associações de agricultores/as familiares consistem também em coletivos de pessoas com objetivos comuns, porém sem fins econômicos Singer (2013). Muito embora, por vezes, haja interesses econômicos, sobretudo em assentamentos da reforma agrária.

A economia solidária de Singer (2013) aponta que as cooperativas agrícolas são mais fortalecidas quando criadas nos assentamentos da reforma agrária, dada característica da política social. Conceito que inspirou a constituição das Cooperativas agropecuárias no seio do PANA a partir de 2005. A decisão promoveu, entre os

seus impactos, a manutenção de agricultores/as familiares assentados/as da reforma agrária em seus lotes Pereira (2017). Nunes et al. (2021, p. 07) afirmam que:

O objetivo de uma cooperativa é criar uma organização formal, que comporta a ação econômica e visa superar as relações de exploração da sociedade capitalista e aumentar a produtividade. Procura eliminar atravessadores e agregar valor aos produtos através da escala de comercialização ou pela agroindustrialização (NUNES et al., 2021, p. 07).

A experiência da Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda (Coopereste), criada em 1996 por 120 assentados da reforma agrária em São Miguel do Oeste, Santa Catarina, exemplifica como o cooperativismo pode transformar a realidade socioeconômica de comunidades rurais. Atualmente, a Coopereste destaca-se como uma das principais produtoras de leite da região sul do país, comercializando cerca de 330 mil litros diariamente. Esse sucesso evidencia que a organização coletiva e a gestão eficiente em cooperativas agropecuárias podem promover a autonomia financeira e a melhoria das condições de vida dos/as agricultores/as familiares assentados/as (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022), condição que foi observada no PANA.

Do ponto de vista do inventário, a seguir as unidades mapeadas no assentamento:

i) Associação da RR-342

A associação das famílias de agricultores da RR (rodovia estadual) - Assfagre foi fundada em 20 de junho de 2007, está localizada na RR-342, PANA, número 91ª, integra o polo 3. A associação já passou por 5 mandatos, tendo dois presidentes intercalados. Hoje a associação conta com 16 sócios e não faz parte de nenhum programa do governo federal, estadual ou municipal. Porém seus sócios integram as cooperativas que vendem para os mercados institucionais.

ii) Associação dos Agricultores Familiares do Polo 1

O polo 1 apresenta 144 parcelas/lotês e possui uma área coletiva, administrada pela Associação de agricultores/as. Uma pequena parte dos lotês margeia a BR 174. Os lotês variam de dimensão, o menor com 8 hectares e o maior com 74 hectares. As famílias ocupantes do Polo 1 não participaram do acampamento na BR 174 que gestou o PANA, embora tenham sido assentadas na mesma época dos trabalhadores que acamparam. A maioria dos integrantes da associação advieram do Bairro Operário, em Boa Vista, são cultivadores/as de hortaliças (PEREIRA, 2017). A Associação dos Agricultores Familiares do polo 1 possui 70 sócios e fica localizada no PANA, Polo 1m Vicinal - 2 s/n. A associação fornece para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

iii) Associação do Polo 2

A associação agropecuária do Projeto de Assentamento Nova Amazônia Polo 2 - vila Tropical-Aaspana. Localiza-se na vicinal 10 do Polo 2. Foi fundada em 2 de agosto de 2004, conta com 40 associados. A produção da associação é comercializada no PAA. Os produtos comercializados são: melancia, manga, abóbora, macaxeira, alface, couve, maxixe, pepino e limão. Os sócios da Associação também entregam para a Cooper Cinco. Uma singularidade do Polo 2 é a existência de 108 lotês, com maioria dos seus/uas ocupantes participaram do acampamento na beira da BR 174 que gestou o PANA em 2000 (PEREIRA, 2017). O formato do Polo 2 é circular, estrutura similar à de uma agrovila. A área coletiva do polo 2 é administrada pela associação dos agricultores nos mesmos moldes do polo 1. Porém em 2020 a terra da área coletiva foi redistribuída entre os/as assentados. Diminuindo as distinções dos tamanhos dos lotês, que variavam entre 45 hectares o menor, e o maior 137 hectares (PEREIRA, 2017).

iv) Associação do Polo 3

A Associação Agropecuária do PANA Vila do Sol foi criada em 8 de maio de 2004 pelos/as agricultores/as da reforma agrária diante da necessidade de terem uma representatividade perante os órgãos públicos, tendo a sua sede localizada no Polo 3, vicinal 5, Vila do Sol, Gleba Murupu. Atualmente, a associação é presidida por um representante eleito pelos/as associados/as que totalizam 35. Um de seus projetos é o plantio coletivo de feijão Caupi, que após a sua produção é vendido e os valores rateados pelos participantes. Há uma retirada, um percentual para a manutenção da parte administrativa da Associação. São os próprios agricultores que distribuem seus produtos entre as cooperativas Cooper Cinco e Coopana ou nas feiras-livres da capital, Boa Vista. Na entrevista com o representante da Associação, ele manifestou que a Associação está no planejamento para comercializar sua produção no PAA da CONAB, visando aumentar o faturamento e alavancar outros projetos. O Polo 3 conta com 60 lotês com dimensões que variam entre 1 e 101 hectares. O formato do Polo 3 também é de agrovila. A unidade também dispõe de uma área coletiva administrada pela associação dos agricultores (PEREIRA, 2017).

v) Associação do Polo 4

O Polo 4 é o maior em extensão de terras do PANA e abriga o maior número de lotes, totalizando 184. Em 2019, 2020 foram assentadas mais 14 famílias no entorno do lago Azul. Totalizando 198 famílias. Uma parte do Polo está parcialmente localizado às margens da BR-174, o que facilita o escoamento da produção agrícola. Historicamente o Polo foi o escolhido pelos trabalhadores da antiga Fazenda Bamerindus (área do PANA), espaço transformado em assentamento da reforma agrária. Os lotes no Polo 4 variam de tamanho, com áreas entre 7 e 81 hectares. Assim como os outros Polos, ele conta com uma área coletiva administrada pela associação dos/as agricultores/as (PEREIRA, 2017). No contexto organizacional, a associação do Polo 4 passou por períodos de alternância e vacância na presidência, o que impactou sua continuidade administrativa. No entanto, nos últimos momentos da pesquisa, foi constatada a reativação da associação, impulsionada pelo presidente da associação do Polo 1, o que resultou em influências recíprocas positivas. O Polo 4 também se destaca na produção agrícola, especialmente na produção de frutas, cultivos anuais e avicultura. A associação apresenta um número expressivo de agricultores/as envolvidos/as nas diversas atividades produtivas, evidenciando sua relevância no assentamento.

vi) Associação do Polo 5

A Associação dos Agricultores Familiares do Polo 5 Fé na Terra – ASAFET, foi fundada em 24 de julho de 2005, fica situada na vicinal 1, lote 55. Conta com 22 associados, eles pagam uma mensalidade, a quantia arrecadada é destinada às despesas da ASAFET. O Polo 5 contém 42 lotes e foi ocupado pelos/as produtores/as advindos do Rio Grande do Sul e do Paraná, com a mediação direta do INCRA nos anos de 2005/2006 organizados para o trabalho coletivo e cooperativo, dispuseram dos maiores lotes do assentamento, o menor com 61 hectares e o maior com 102. A COOPERCINCO foi originada dessa organização advinda do Sul do país (PEREIRA, 2017).

a) COOPERCINCO

A Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos – COOPERCINCO foi fundada em 28 de janeiro de 2006, com 24 cooperados, fica localizada na Rodovia RR-342, Km Zero, Lote S/N, Galpão Gleba Murupu, próximo à entrada da Rodovia BR-174. A cooperativa tem como objetivo fornecer produtos de qualidade para diversos destinos. Os produtos recebidos dos/as associados/as são destinados aos mercados institucionais - órgãos públicos, organizações não governamentais e instituições de ensino - por meio do PAA e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) - para suprir as necessidades e promover o bem-estar social.

A COOPERCINCO conta com 800 sócios (dados de 28/04/2023), entre agricultores/as familiares, assentados da reforma agrária, posseiros, arrendatários, meeiros e médios produtores, que desempenham atividades no setor agropecuário em diferentes municípios estado de Roraima entre eles: Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Caracarái, Caroebe, Iracema, Mucajái, Pacaraima e São João da Balizado. As principais atividades desenvolvidas incluem a avicultura, com a produção de frango de corte e galinhas caipiras agroecológicas; a pecuária, com a criação de bovinos de leite e de corte, ovinos e suínos (matrizes, reprodutores e corte); a piscicultura, com a criação de peixes em tanque escavado; e a apicultura, com a produção de mel de abelhas e rainhas. (inserir os municípios dos associados). Além disso, destaca-se na produção de grãos - como milho, soja, arroz e feijão-caupi - bem como na olericultura, com o cultivo de verduras, legumes - batata-doce e inhame, na fruticultura. Tanto no sistema convencional quanto agroecológico, utilizando irrigação. O destaque está nos cítricos - laranja e limão - sem prescindir da melancia, melão, manga, caju, ata, jaca, murici, cupuaçu, coco, mamão, banana, maracujá, goiaba, acerola, graviola, entre outras espécies cultivadas (Estatuto Social, 2004).

b) COOPANA

A Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia - COOPANA - foi constituída em junho de 2015 como resultado do projeto de extensão Petrobras Social executado pela Fundação Ajuri da Universidade Federal de Roraima – UFRR, na parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFRR. O projeto denominado Educação Sinérgica, Social e Sustentável – Edu3s - foi realizado de 2011 a outubro de 2015. A COOPANA mantém relações institucionais sólidas com a ITCPES/UFRR por meio de processos de incubação. O objetivo principal do Programa de extensão consistiu-se em promover formação contínua para empreendimentos econômicos solidários incubados, baseada nos princípios de autogestão, respeito à diversidade, sustentabilidade ambiental e solidariedade entre os associados, também conhecidos como princípios da Economia Solidárias. Além disso, oferece assessoria em gestão técnica e tecnológica à COOPANA (COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA AMAZÔNIA, 2024).

A história da COOPANA está integrada à execução do Projeto Petrobras Edu3S, pois foi concebida nesse contexto (Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia, 2024). Inicialmente a COOPANA era composta por 51 agricultores/as familiares do PANA, todos participantes beneficiários do Projeto EDU3S. Atualmente, a associação conta com 127 associados, demonstrando o crescimento e reconhecimento do trabalho realizado pela diretoria (OCB/RR, 2025). Ao longo dos 10 anos, a COOPANA acessou políticas públicas, como o PAA da

CONAB e programas de fomento à produção de sementes crioulas da CONAB. Ela também participou de chamadas públicas do Exército Brasileiro para o fornecimento de produtos da agricultura familiar e assinou contrato com a Prefeitura Municipal de Boa Vista, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, para o fornecimento de máquinas, equipamentos, implementos e fertilizantes agrícolas (Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia) fonte (Pereira, 2017).

A COOPANA comercializa uma variedade de produtos, incluindo hortaliças, leguminosas, mel, pimenta, grãos, frutas e produtos provenientes da criação de animais de pequeno porte, como aves, ovos, suínos, ovinos, pescados e bovinos. A produção é direcionada para os mercados institucionais, como o PAA, PNAE e a produção de sementes crioulas. Além disso, a cooperativa participa de feiras livres, fornece para supermercados e outros varejistas (Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia, 2024).

Consolidado o inventário das unidades produtivas – associações e cooperativas - o destaque está nos resultados alcançados em termos de faturamento na última década. Movimento que evidencia a melhoria na qualidade de vida dos/as seus/as associados/as (fig. 3). A figura revela os valores repassados pelo Governo Federal via CONAB e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, em moeda corrente, durante a segunda década dos anos 2010-2019.

Figura 3: Repasse do Programa de Aquisição de Alimentos para as Cooperativas e Associações do Projeto de Assentamento Nova Amazônia

ANO	ASSOCIAÇÃO DO POLO 1	COOPERCINCO	ASSOCIAÇÃO DO POLO 2
2010	27.000,00	104.000,30	
2011		364.106,00	
2012		1.129.165,00	
2013	110.500,00	1.109.000,00	
2014		2.000.000,00	
2015	224.000,00	-	
2016	448.000,00	763.450,60	87.999,50
2017	222.286,30		
2018	320.000,00	96.282,50	112.000,00
2019	248.000,00	320.000,00	
Total	1.599.786,30	5.886.004,40	199.999,50

Fonte: adaptado BRASIL, (2023).

A COOPANA exibe a importância do cooperativismo e da economia solidária no fortalecimento da agricultura familiar. Segundo SINGER (2002), a economia solidária se baseia na autogestão e cooperação, permitindo maior autonomia aos associados/as. McPherson (1995) destaca que as cooperativas agregam valor aos produtos e reduzem a dependência de intermediários, o que se reflete no crescimento da COOPANA, que passou de 51 para 127 associados.

Outro resultado evidenciado pela figura está no acesso as políticas públicas, como o PAA, movimento essencial para a sustentabilidade da cooperativa. Soares et al. (2022) ressaltam que o PAA fortalece a segurança alimentar e a economia rural, o que é evidenciado pelos R\$ 7,6 milhões repassados às unidades associativas do PANA entre 2010 e 2019. Além disso, Ramos e Vieira Filho (2023) destacam que o cooperativismo facilita o acesso a mercados institucionais, infraestrutura e tecnologia, aspectos que permitiram à COOPANA firmar contratos com a Prefeitura de Boa Vista e o Exército Brasileiro. O caso da COOPANA confirma a relevância das cooperativas para o desenvolvimento da agricultura familiar e regional, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivem esse modelo econômico (fig 4).

Figura 4: Repasse do Programa de Aquisição de Alimentos para as Cooperativas e Associações do Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

ANO	COOPANA	ASS.AF.POLO - 4	ASS.TR EM REG.	COOP. DA AF.
2010				
2011				
2012				
2013				
2014				
2015				
2016				
2017	279.800,00	136.000,00		
2018	320.000,00	304.000,00	320.000,00	
2019	216.000,00	280.000,00		104.000,00
Total	815.800,00	720.000,00	320.000,00	104.000,00

Fonte: adaptado BRASIL, (2023).

Nota: COOPANA – Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia; ASS. AF. POLO-4 – Associação Agricultores Familiares do Polo 4; ASS. TR EM REG. – Associação dos Trabalhadores Rurais em regime familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia; COOP. DA AF. – Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia 1.

A figura 4 evidencia que a COOPANA recebeu o maior repasse do PAA (R\$815.800,00), seguida pela Associação do Polo 4 (R\$720.000,00), enquanto a Cooperativa da Agricultura Familiar obteve R\$ 104.000,00. A diferença reflete o nível de estruturação de cada unidade produtiva. Neves, Castro e Freitas (2019) indicam que cooperativas mais organizadas acessam melhor as políticas públicas. Soares et al. (2022) apontam que o PAA fortalece a segurança alimentar, mas a desigualdade nos repasses pode limitar o crescimento de algumas associações.

Singer (2002) destaca a importância da distribuição equitativa dos recursos para garantir o desenvolvimento sustentável. Os dados reforçam que, embora o PAA impulse a agricultura familiar, é necessário equilibrar os repasses para fortalecer todas as cooperativas (fig. 5). O PNAE é o outro mercado institucional, a seguir os repasses.

Figura 5: Repasse atualizado do Programa de Aquisição de Alimentos para as Cooperativas e Associações do Projeto de Assentamento Nova Amazônia.

REPASSES PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA AS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA								
ANO	ASS. AF. POLO-1	COOPERC INCO	ASS. AGRO. POLO-2	COOPANA	ASS. AF. POLO-4	ASS. TR EM REG.	COOP. DA AF.	TOTAL POR ANO
2010	R\$ 27.000,00	R\$ 104.000,30	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 131.000,30
2011	R\$ -	R\$ 364.106,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 364.106,00
2012	R\$ -	R\$ 1.129.165,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.129.165,00
2013	R\$ 110.500,00	R\$ 1.109.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.219.500,00
2014	R\$ -	R\$ 2.000.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.000.000,00
2015	R\$ 224.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 224.000,00
2016	R\$ 448.000,00	R\$ 763.450,60	R\$ 87.999,50	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.299.450,10

2017	R\$ 222.286,30	R\$ -	R\$ -	R\$ 279.800,00	R\$ 136.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 638.086,30
2018	R\$ 320.000,00	R\$ 96.282,50	R\$ 112.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 304.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ -	R\$ 1.472.282,50
2019	R\$ 248.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ -	R\$ 216.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ -	R\$ 104.000,00	R\$ 1.168.000,00
TOTA L POR COOP.	R\$ 1.599.786,30	R\$ 5.886.004, 40	R\$ 199.999,50	R\$ 815.800,00	R\$ 720.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 104.000,00	R\$ 9.645.590,20

Fonte: Autores/as (2024).

Nota: ASS. AF POLO-1 – Associação do Agricultores Familiares do Polo 1; COOPERCINCO – Cooperativa Agropecuária dos Cinco Polos; ASS. AGRO. POLO-2 – Associação Agropecuária do Projeto de Assentamento do Polo 2; COOPANA – Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia; ASS. AF. POLO-4 – Associação de Agricultores Familiares do Polo 4; ASS. TR EM REG. – Associação dos Trabalhadores rurais em regime familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia; COOP. DA AF. Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia 1.

Os dados revelam o montante repassado ao longo dos 10 anos, evidências da importância do apoio financeiro dos mercados institucionais às cooperativas e associações do Projeto de Assentamento Nova Amazônia. O volume de recursos representa uma parcela significativa dos repasses destinados ao estado de Roraima, demonstrando a relevância dessas organizações no contexto local.

Outro aspecto destacado são os repasses dos anos de 2012 a 2014 para a cooperativa Coopercinco. Observa-se que, segundo autores como Silva e Almeida (2019), a concentração de recursos pode estar associada à capacidade de organização e gestão da cooperativa, permitindo maior acesso a políticas públicas e programas de incentivo. O fator contribuiu para a ampliação das atividades produtivas e fortalecimento da rede associativa dentro do PANA.

Para além da constatação, os dados da figura evidenciam também que, apesar das oscilações nos repasses do PAA em nível nacional, o volume de recursos destinados ao PANA permaneceu relativamente estável ao longo da década. Constatou-se que a partir de 2012 os repasses por todo o território nacional foram reduzidos, com uma alta em 2014, para, logo em seguida, haver uma redução em 2015. A exceção foram os estados da Amazônia legal onde não houve reduções expressivas, se comparadas com o Brasil (Sambuichi *et al.*; 2020; Soares *et al.*, 2022). O autor apontou:

Comparando estes resultados com os obtidos por Silva, Filgueiras, Leite e Santos (2015) para o período de 2003 a 2012, observa-se que esta tendência de crescimento do percentual de participação da região nos recursos destinados ao PAA vem ocorrendo desde o início do programa, porém, apresentou uma aceleração em anos mais recentes. Este fato pode ter relação com as mudanças ocorridas na forma de execução do programa, principalmente a partir do Decreto nº 7.775/2012, que definiu novos critérios para a seleção de projetos, os quais passaram a priorizar extrativistas, produtores orgânicos e povos e comunidades tradicionais (SAMBUICHI; ALMEIDA; PERIN, 2020, p. 140).

Constatou-se também que a criação das Associações/Cooperativas contribuiu para o desenvolvimento da agricultura familiar no assentamento, levando os/as agricultores/as a produzirem e comercializarem a sua própria produção por meio do PAA e PNAE melhorando e incentivando o trabalho coletivo dos/as agricultores/as familiares (PEREIRA, 2017). Porém, cabe destacar que os/as agricultores familiares só passaram a perceber tal rendimento a partir do momento em que se organizaram em cooperativas e associações. Portanto, faz-se pertinente dar relevo que o cooperativismo foi, portanto, a forma, a estratégia encontrada pelos/as agricultores/as para aumentar sua renda. Foi o movimento cooperativista que ajudou os/as agricultores/as familiar a serem autônomos/as/independente, abriu as portas para novos mercados, não os restringindo aos programas PAA e PNAE (BONFIM,2008; SAMBUICHI *et al.*;2020).

Por fim, Vizcaino, Costa (2020), analisam que as cooperativas têm um impacto substancial em municípios nos quais a proporção de agricultores/as familiares beneficiados pelo crédito rural Pronaf B é mais elevada. Também asseveram que as cooperativas têm um papel significativo ao facilitar o acesso a informações sobre diversos conteúdos referentes à produção e condições de mercado. Contexto que enseja que haja políticas públicas que fortaleçam as cooperativas/associações visando aumentar a capacidade em atender um maior número de agricultores/as familiares.

V. Conclusão

A análise detalhada das cooperativas e associações presentes no PANA reforça a importância fundamental do cooperativismo e da economia solidária para o desenvolvimento agrário-rural na Amazônia Setentrional. A pesquisa ensinou uma compreensão mais aprofundada das formas da produção coletiva, como elas se configuram de maneira viável e eficaz.

Outra conclusão apreendida foi de que a comercialização da produção nos mercados institucionais ensejou renda, dignidade às famílias assentadas, contribuiu para a promoção de segurança econômica e melhorias nas condições de vida. Iniciativas que evidenciam o acesso a novas oportunidades e estabilidade.

Os resultados obtidos na pesquisa evidenciaram a participação ativa dos/as agricultores/as familiares nas cooperativas e associações, uma forma alternativa ao trabalho individual e competitivo. Evidenciou também o impacto positivo das políticas públicas na vida das famílias, principalmente no que tange à manutenção das atividades produtivas.

A pesquisa revelou também a dependência contínua de programas governamentais, sem prescindir as dificuldades logísticas que limitam o alcance de mercados mais amplos. Movimentos que representam obstáculos importantes a serem enfrentados. Nesse contexto, surge uma demanda crescente por políticas públicas que não apenas promovam o financiamento dessas unidades produtivas, mas que também incentivem a sua profissionalização e proporcionem meios para alcançar maior autonomia, garantindo a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo.

Por fim, a pesquisa oferece contribuição para a compreensão da complexidade das relações sociais e econômicas presentes no contexto das cooperativas/associações da Amazônia setentrional, destacando a importância de um enfoque mais detalhado e cuidadoso sobre o desenvolvimento rural sustentável. O cooperativismo, nesse sentido, não se limita a ser um simples modelo econômico, mas se configura também como um importante instrumento de resistência e de permanência dos/as agricultores em seus territórios, desempenhando um papel vital no fortalecimento da identidade coletiva e na promoção da inclusão social. Características que tornam o cooperativismo uma estratégia essencial para a manutenção da coesão social e a melhoria das condições de vida na região.

Referências

- [1] Bomfim, A. Prática Cooperativista E Gestão Democrática. Enciclopédia Biosfera, [S. L.], V. 4, N. 6, 2008. Disponível Em: <https://Conhecer.Org.Br/Ojs/Index/Php/Biosfera/Article/View/4900>. Acesso Em: 14 Ago. 2023.
- [2] Brasil. Lei Nº 12.690, De 19 De Julho De 2012. O Funcionamento Das Cooperativas De Trabalho. 2012. Disponível Em: https://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.Htm. Acesso Em: 15 Nov. 2024.
- [3] Caillé, A. Antropologia Do Dom: O Terceiro Paradigma Da Troca. São Paulo: Editora Da Universidade De São Paulo, 2009.
- [4] Cooperativa Agropecuária Nova Amazônia - Coopana. Texto Online. Disponível Em: <https://Sistemasweb.Mda.Gov.Br/Vitrine/Produtor/23178513000192/Index.Html>. Acesso Em: 15 Nov. 2024.
- [5] Costa, R. A.; Vizcaino, C. A. C.; Costa, E. M. Participação Em Cooperativas E Eficiência Técnica Entre Agricultores Familiares No Brasil. In: Vieira Filho, José Eustáquio Ribeiro; Gasques, José Garcia (Orgs.). Uma Jornada Pelos Contrastes Do Brasil: Cem Anos Do Censo Agropecuário. Brasília: Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Cap. 17, P. 244-255. Disponível Em: <http://Www.Ipea.Gov.Br/Portal/Publicacoes>. Acesso Em: 28 Dez. 2024.
- [6] Cunha, M. O. Os Impactos Do Cooperativismo De Crédito E Sua Relação Com A Evolução Do Crescimento Econômico E Social Brasileiro. Monografia (Graduação Em Direito) – Faculdade De Direito, Rubiataba, 2021.
- [7] Brasil. Estatuto Social Da Cooperativa. Lei Nº 5.764, De 16 De Dezembro De 1971, Alterada Pelas Leis Nº 10.954, De 29 De Setembro De 2004, E Nº 11.076, De 30 De Dezembro De 2004. Disponível Em: https://Www.Camara.Leg.Br/Proposicoesweb/Prop_Mostraringtegra?Codeor=518294. Acesso Em: 15 Nov. 2024.
- [8] Ferreira, G. M. V.; Zaluski, F. C. Cooperativismo E Associativismo. Relatório Da Incubadora Social Da Ufsm. Santa Maria: Ufsm, 2022. 11 P.
- [9] Forattini, O. P. Qualidade De Vida E Meio Urbano: A Cidade De São Paulo, Brasil. Revista De Saúde Pública, V. 25, P. 75-86, 1991.
- [10] Gil, A. C. Métodos E Técnicas De Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2010.
- [11] Herculano, S. Sociologia Ambiental: Origens, Enfoques Metodológicos E Objetos. Revista Mundo E Vida: Alternativas Em Estudos Ambientais, Ano I, N. 1, Uff/Pgca-Riocor, P. 45-50, 2000.
- [12] Malhotra, N. K. Pesquisa De Marketing: Uma Abordagem Aplicada. São Paulo: Atlas, 2012.
- [13] Mcpherson, M. Cooperativas: Uma Abordagem Econômica. São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- [14] Minayo, M. C. S. Análise Qualitativa: Teoria, Passos E Fidedignidade. São Paulo: Editora Da Universidade De São Paulo, 2014.
- [15] Morin, Edgar. Ensinar A Viver: Manifesto Para Mudar A Educação. Trad. Edgard De Assis Carvalho E Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- [16] Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Mst). O Cooperativismo Como Bandeira Na Luta Pela Reforma Agrária Popular. 2022. Disponível Em: <https://Mst.Org.Br/2022/09/13/O-Cooperativismo-Como-Bandeira-Na-Luta-Pela-Reforma-Agraria-Popular/>. Acesso Em: 24 Fev. 2025.
- [17] Neves, M. C. R.; Castro, L. S.; Freitas, C. O. O Impacto Das Cooperativas Na Produção Agropecuária Brasileira: Uma Análise Econométrica Espacial. Revista De Economia E Sociologia Rural, V. 57, N. 4, P. 559-576, 2019.
- [18] Nunes, A. S.; Carvalho, D. S.; Barros, E. C. P. G.; Rambo, J. R.; Sguarezi, S. B.; Carvalho, Y. M. F. Associativismo E Cooperativismo. Cáceres, Mt: Editora Da Unemat, 2021. Disponível Em: <https://Portal.Unemat.Br/Media/Files/Editora/Cooperativismo%20e%20associativismo%20-E-Book%20-%20editora%20da%20unemat%202021.Pdf>. Acesso Em: 28 Out. 2024.
- [19] Organização Das Cooperativas Brasileiras – Ocb/Rr. Cooperativas. Disponível Em: <https://Www.Ocbr.Coop.Br/Cooperativismo/Cooperativas>. Acesso Em: 20 Fev. 2025.
- [20] Pereira, M. J. A. Agricultura Familiar No Projeto De Assentamento Nova Amazônia: A Vida No Lavrado Em Boa Vista – Roraima – Brasil. 2017. Tese (Doutorado Em Ciências Do Ambiente E Sustentabilidade Na Amazônia) – Universidade Federal Do Amazonas, Manaus, 2017.
- [21] Ramos, É. B. T.; Vieira Filho, J. E. R. Desenvolvimento Regional Da Agricultura Familiar: Cooperativismo E Associativismo. Revista Brasileira De Economia, V. 77, 2023.
- [22] Sabourin, E. Teoria Da Reciprocidade E Sócio-Antropologia Do Desenvolvimento. Sociologias, V. 13, P. 24-51, 2011.

- [23] Sambauchi, R. H. R. Et Al. Análise Do Programa De Aquisição De Alimentos (Paa) No Brasil: Uma Perspectiva Crítica. Revista De Economia E Sociologia Rural, V. 58, N. 2, P. 247-264, 2020.
- [24] Scopinho, R. A. Sobre Cooperação E Cooperativas Em Assentamentos Rurais. Psicologia & Sociedade, V. 19, Edição Especial 1, P. 84-94, 2007.
- [25] Sguarezi, S. B. Et Al. Associativismo E Cooperativismo. Cáceres: Unemat, 2021. 28 P.
- [26] Singer, P. Economia Solidária: Um Modo De Produção E Distribuição De Bens E Serviços. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- [27] Singer, P. Introdução À Economia Solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- [28] Soares, W. Et Al. O Programa De Aquisição De Alimentos (Paa) E A Segurança Alimentar No Brasil. Revista De Políticas Públicas, V. 27, N. 1, P. 35-50, 2022.